



FUNDAÇÃO INSTITUTO TECNOLÓGICO DE OSASCO
ESTADO DE SÃO PAULO

CONCURSO PÚBLICO

008. PROVA OBJETIVA

ADVOGADO

- ◆ Você recebeu sua folha de respostas e este caderno contendo 60 questões objetivas.
- ◆ Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- ◆ Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala.
- ◆ Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- ◆ Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- ◆ A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas.
- ◆ Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração da prova.
- ◆ Ao sair, você entregará ao fiscal a folha de respostas e este caderno, podendo levar apenas o rascunho de gabarito, localizado em sua carteira, para futura conferência.
- ◆ Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO DE QUESTÕES.

Nome do candidato

RG

Inscrição

Prédio

Sala

Carteira

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

01. Sobre o instituto jurídico da ação direta de inconstitucionalidade, assinale a alternativa correta.

- (A) A ação direta de inconstitucionalidade não é suscetível de desistência, contudo o autor da ação pode desistir do pedido de medida cautelar formulado.
- (B) Na ação direta de inconstitucionalidade, o Supremo Tribunal Federal atua como legislador positivo.
- (C) Nas ações diretas de inconstitucionalidade, a solicitação de medida cautelar independe da comprovação de perigo de lesão irreparável.
- (D) O Supremo Tribunal Federal deve analisar a conveniência política de eventual suspensão cautelar da lei impugnada.
- (E) A concessão de medida cautelar nas ações diretas de inconstitucionalidade produzirá efeitos retroativos e em relação a todos.

02. A Constituição Federal determina que a arguição de descumprimento de preceito fundamental decorrente da Constituição será apreciada pelo Supremo Tribunal Federal, na forma da lei. Sobre a matéria, assinale a alternativa correta.

- (A) São legitimados ativos para a propositura da ação, dentre outros, o Presidente da República, os membros do Congresso Nacional e das Assembleias Legislativas, os Governadores de Estado e os membros do Ministério Público.
- (B) A arguição de descumprimento de preceito fundamental deve ser proposta em face de atos do poder público já concretizados, não se prestando ao controle preventivo desses atos.
- (C) É cabível a arguição de descumprimento de preceito fundamental contra súmulas do Supremo Tribunal Federal, pois os enunciados podem ser considerados como atos do Poder Público lesivos a preceito fundamental.
- (D) A decisão que julgar, procedente ou improcedente, o pedido em arguição de descumprimento de preceito fundamental é passível de ação rescisória, presentes os requisitos legais.
- (E) O Ministério Público, nas arguições de descumprimento de preceito fundamental em que não houver formulado, terá vista do processo, por 10 dias, após o decurso do prazo para informações.

03. Em relação à aplicabilidade das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

- (A) As normas programáticas são de eficácia diferida e explicitam comandos-valores.
- (B) A avaliação da extensão do programa das normas programáticas incumbe aos Poderes Legislativo e Executivo.
- (C) As normas constitucionais de eficácia mediata não recebem do constituinte normatividade suficiente.
- (D) As normas constitucionais de eficácia absoluta são emendáveis.
- (E) As normas constitucionais de eficácia restringível não possuem aplicabilidade plena, pois sua eficácia pode ser reduzida.

04. Compete exclusivamente à União:

- (A) preservar as florestas, a fauna e a flora.
- (B) fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar.
- (C) promover programas de construção de moradias.
- (D) combater as causas da pobreza.
- (E) conceder anistia.

05. Sobre o procedimento de intervenção da União na autonomia política do Estado membro, assinale a alternativa que se coaduna com a Constituição Federal.

- (A) A Assembleia Legislativa pode requisitar ao Presidente da República a intervenção, no caso de estar sofrendo coação no exercício de suas funções.
- (B) O decreto de intervenção será submetido à apreciação do Congresso Nacional no prazo de quarenta e oito horas.
- (C) O Tribunal Superior Eleitoral, no caso de desobediência à ordem ou decisão que proferir, pode solicitar a intervenção ao Presidente da República.
- (D) Cabe ao Supremo Tribunal Federal, exclusivamente, requisitar ao Presidente da República a intervenção para assegurar a execução de decisão da Justiça Federal.
- (E) Cessados os motivos da intervenção, as autoridades afastadas de seus cargos continuarão impedidas de exercê-los.

- 06.** De acordo com a Constituição Federal, o controle externo, a cargo do Congresso Nacional, será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Sobre o tema, é correto afirmar que
- (A) o Poder Legislativo manterá sistema de controle interno com a finalidade de apoiar o controle externo exercido pelo Tribunal de Contas, no exercício de sua missão institucional.
 - (B) os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade ou ilegalidade, dela darão ciência ao Tribunal de Contas da União, sob pena de responsabilidade subsidiária.
 - (C) as Constituições estaduais disporão sobre os Tribunais de Contas respectivos, que serão integrados por nove Conselheiros.
 - (D) os Ministros do Tribunal de Contas da União terão as mesmas garantias, prerrogativas, impedimentos, vencimentos e vantagens dos Ministros do Supremo Tribunal Federal.
 - (E) compete ao Tribunal de Contas da União julgar, em sessenta dias a contar do recebimento, as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República.
- 07.** Assinale a alternativa correta, quanto ao regramento constitucional estabelecido para o Poder Executivo federal.
- (A) Compete privativamente ao Presidente da República remeter mensagem e plano de governo ao Congresso Nacional por ocasião da abertura da sessão legislativa.
 - (B) O Presidente da República não poderá delegar a atribuição de prover e extinguir os cargos públicos federais ao Advogado-Geral da União.
 - (C) Admitida a acusação contra o Presidente da República, por dois terços do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal, nas infrações penais comuns.
 - (D) O Presidente da República será submetido a julgamento perante o Congresso Nacional, nos crimes de responsabilidade.
 - (E) O Presidente da República, na vigência de seu mandato, não pode ser responsabilizado por atos estranhos ao exercício de suas funções, salvo flagrante delito.
- 08.** No tocante à temática dos Direitos e Garantias Fundamentais, assinale a alternativa correta.
- (A) O regime jurídico das liberdades públicas protege as pessoas naturais, brasileiras ou estrangeiras, residentes no Brasil, mas não as pessoas jurídicas.
 - (B) A Constituição Federal, segundo a doutrina, adotou o princípio da igualdade de direitos, prevendo uma igualdade de possibilidades virtuais.
 - (C) Os direitos e garantias fundamentais enunciados na Constituição não se aplicam aos estrangeiros em trânsito pelo território nacional.
 - (D) A conquista constitucional da liberdade religiosa trouxe a proibição do ensino religioso como disciplina em escolas públicas.
 - (E) A Constituição impede a violação das comunicações telefônicas, ainda que haja ordem judicial autorizando.
- 09.** Sobre o regime jurídico constitucional aplicável ao servidor público da administração fundacional, no exercício de mandato eletivo, é correto afirmar que
- (A) em se tratando de mandato eletivo federal, estadual ou distrital, ficará afastado de seu cargo, emprego ou função.
 - (B) investido no mandato de Vereador, será obrigatoriamente afastado do cargo, emprego ou função.
 - (C) investido no mandato de Prefeito, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.
 - (D) no caso de afastamento para o exercício de mandato eletivo, seu tempo de serviço será contado para promoção por merecimento.
 - (E) para efeito de benefício previdenciário, no caso de afastamento, a contagem do tempo de serviço ficará suspensa.
- 10.** Assinale a alternativa que corresponde ao entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal.
- (A) Cabe reclamação quando já houver transitado em julgado o ato judicial que se alega tenha desrespeitado decisão do Supremo Tribunal Federal.
 - (B) Cabe recurso extraordinário contra acórdão que defere medida liminar.
 - (C) Para efeito de aposentadoria especial de professores, não se computa o tempo de serviço prestado fora da sala de aula.
 - (D) No processo penal, contam-se os prazos da data da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.
 - (E) Cabe *habeas corpus* ainda que já extinta a pena privativa de liberdade.

11. De acordo com o ordenamento jurídico brasileiro, uma fundação pública

- (A) poderá celebrar parcerias com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.
- (B) poderá consorciar-se com outras fundações públicas que integrem a Administração indireta de outros entes da federação, para estabelecer relações de cooperação federativa, inclusive a realização de objetivos de interesse comum, passando a constituir consórcio público com personalidade jurídica de direito público.
- (C) criada por lei, poderá representar a Administração direta na celebração de acordos de cooperação técnica com outros órgãos ou entidades integrantes da Administração indireta dos demais entes federados, com a finalidade de expandir o alcance das finalidades de interesse público que justificaram sua criação.
- (D) cujas atividades sejam dirigidas ao ensino, à pesquisa científica, ao desenvolvimento tecnológico, à proteção e preservação do meio ambiente, à cultura e à saúde, serão qualificadas como organizações da sociedade civil de interesse público, podendo celebrar contrato de gestão com dispensa de chamamento público, com o poder público.
- (E) que tenha sido constituída e esteja em funcionamento regular há, no mínimo, três anos, poderá qualificar-se como organização da sociedade civil de interesse público com fundamento no princípio da universalização dos serviços de interesse público que autorizaram sua criação.

12. De acordo com o princípio constitucional da acessibilidade aos cargos públicos, é correto afirmar que

- (A) a investidura em cargo, cargo em comissão, emprego público ou emprego público em comissão depende de aprovação prévia em concurso público de provas e títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.
- (B) o prazo de validade do concurso público para investidura em função pública será de até dois anos, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, até o limite de cinco anos.
- (C) durante o prazo prorrogável previsto no edital de convocação, aquele aprovado em concurso público de provas ou de provas e títulos poderá ser convocado com prioridade sobre novos concursados para assumir o cargo ou emprego, na carreira.
- (D) a investidura em cargo ou emprego em comissão poderá ser autorizada em níveis não iniciais de carreira, mediante justificativa que comprove a necessidade da medida, considerando a complexidade das atribuições e a prévia experiência do candidato no Poder Público.
- (E) o ingresso em carreira pública será em nível inicial, mediante concurso público de provas e títulos, observando-se a natureza e a complexidade do cargo ou emprego, na forma prevista em lei.

13. De acordo com o Estatuto da Fundação Instituto Tecnológico de Osasco, o regime jurídico do pessoal da FITO é o estatutário. Por isso, é correto afirmar que

- (A) se aplica ao pessoal da FITO o regime geral de previdência social, fazendo jus a licença por acidente em serviço ou doença profissional, na forma da CLT.
- (B) se aplica ao pessoal da FITO o regime jurídico previsto no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município e o regime próprio de previdência social.
- (C) o pessoal da FITO possui direitos, deveres e responsabilidades distintos daqueles estabelecidos no Estatuto dos Funcionários Públicos do Município, embora se submeta ao regime geral de previdência social.
- (D) o quadro de pessoal da FITO é estabelecido pelos dirigentes da entidade, conforme regras próprias de organização interna, em respeito ao princípio da autonomia e independência das fundações públicas.
- (E) se aplica ao pessoal da FITO o regime disciplinar próprio previsto no estatuto da entidade, em conformidade com a Constituição Federal.

14. Em processo administrativo,

- (A) não é possível arguir suspeição da autoridade ou servidor que tenha amizade íntima ou inimizade notória com algum dos interessados ou com os respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.
- (B) os atos dependem de forma determinada, ou seja, devem ser sempre produzidos por escrito, em vernáculo, com a data e o local de sua realização, aposição de assinatura da autoridade responsável, e reconhecimento de firma ou certificação digital.
- (C) não podem ser objeto de delegação a decisão de recursos administrativos, tampouco as matérias de competência exclusiva do órgão ou autoridade.
- (D) admite-se provas obtidas por meio ilícito, mediante despacho motivado que evidencie grave lesão a interesse público.
- (E) o recurso será conhecido em qualquer hipótese, ainda quando interposto fora do prazo ou perante órgão incompetente, por expressa determinação da Lei Federal nº 9.784/99.

15. Para contratação de obras e serviços de engenharia no valor de até R\$ 66.000,00, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda para obras e serviços da mesma natureza e no mesmo local e que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente, a Lei Federal nº 8.666/93

- (A) autoriza que seja dispensada a licitação em razão do valor, se a contratação for por autarquia ou fundação qualificadas, na forma da lei, como agências executivas.
- (B) autoriza que seja dispensada a licitação, se a contratação for por fundação ou associação de direito privado, e o objeto contratado estiver diretamente relacionado à atividade fim da entidade.
- (C) permite que seja declarada inexigível a licitação, se caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas ou equipamentos públicos.
- (D) impõe que a licitação se dê por meio do Sistema de Registro de Preços, a fim de garantir ampla participação e ganho de escala.
- (E) impõe que a licitação se dê na modalidade pregão, com vistas ao melhor aproveitamento dos recursos disponíveis no mercado e à ampliação da competitividade.

16. Constitui uma característica de contratos administrativos

- (A) o prazo de vigência coincidente com a vigência dos respectivos créditos orçamentários, vedada a prorrogação.
- (B) a possibilidade de estabelecer prazo de vigência indeterminado.
- (C) a possibilidade de revogação unilateral, por razões de conveniência e oportunidade do Poder Público, verificadas a qualquer tempo.
- (D) a possibilidade de modificação unilateral, pelo Poder Público, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado.
- (E) a possibilidade de alteração unilateral, pelo Poder Público, das cláusulas econômico-financeiras e monetárias, nas hipóteses de fato do príncipe ou fato da administração.

17. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão organizar, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. Nesse contexto, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394/96), os Municípios são incumbidos de

- (A) autorizar, reconhecer, credenciar, supervisionar e avaliar os cursos das instituições de educação superior situadas em seu território e mantidas pelo Poder Público federal.
- (B) oferecer a educação infantil em creches e pré-escolas e, com prioridade, o ensino fundamental.
- (C) oferecer, com prioridade, o ensino fundamental e técnico, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando houver demanda desatendida em seu território.
- (D) assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem.
- (E) assumir e arcar com os custos do transporte escolar dos alunos da rede pública estadual residentes em seu território, inclusive em áreas rurais ou de difícil acesso.

18. A concessão de direito real de uso

- (A) tem conteúdo obrigacional, podendo ser definida como uma modalidade específica de contrato privado firmado pelo Poder Público.
- (B) tem por objetivo permitir o uso compartilhado, gratuito ou oneroso, de bem público, móvel ou imóvel.
- (C) tem natureza jurídica precária, podendo ser revogada a qualquer tempo, mediante despacho fundamentado da autoridade competente.
- (D) embora se trate de direito real, se destinada a programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social, desenvolvidos por órgãos ou entidades da administração pública, deverá ser precedida de licitação.
- (E) quando precedida de licitação, será esta na modalidade concorrência, do tipo maior lance ou oferta, independentemente do valor do objeto.

19. O controle pelo Tribunal de Contas abrange, em relação às fundações públicas,
- (A) a apreciação das contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos, a elaboração de parecer prévio e o encaminhamento para julgamento pelo Poder Legislativo.
 - (B) a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de admissão de pessoal a qualquer título, inclusive as nomeações para cargo de provimento em comissão.
 - (C) a apreciação, para fins de registro, da legalidade dos atos de concessão de aposentadorias e pensões, inclusive melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório.
 - (D) a realização de inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, nas unidades administrativas das entidades.
 - (E) em caso de ilegalidade de despesa ou irregularidade de contas de contrato, a sustação da execução do ato ou contrato, e a aplicação, ao responsável, das sanções de multa e ressarcimento ao erário.
20. De acordo com a Lei de Acesso à Informação – Lei Federal nº 12.527/11, é correto afirmar que
- (A) se aplicam as disposições da lei às fundações públicas apenas no que se refere à parcela de recursos públicos recebidos e à sua destinação, sem prejuízo das prestações de contas a que estejam legalmente obrigadas.
 - (B) a informação em poder de órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, deverá ser classificada como sigilosa, confidencial ou pública.
 - (C) o disposto nessa lei não exclui as demais hipóteses legais de sigilo e de segredo de justiça, tampouco as hipóteses de segredo industrial decorrentes da exploração direta de atividade econômica pelo Estado ou por pessoa física ou entidade privada que tenha qualquer vínculo com o poder público.
 - (D) as informações pessoais classificadas como sigilosas porque relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem somente poderão ser divulgadas a terceiro mediante expresso consentimento da pessoa a que elas se referirem.
 - (E) é vedada a contratação, por órgãos e entidades públicos, de pessoa física ou jurídica para executar atividades de tratamento de informações sigilosas por eles produzidas ou custodiadas.
21. De acordo com as técnicas de elaboração, redação e alteração das leis, o primeiro artigo do texto legal indicará o objeto da lei e o respectivo âmbito de aplicação, observados os seguintes princípios:
- (A) Ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece.
 - (B) As leis e os códigos poderão tratar de mais de um assunto, visando à economia processual.
 - (C) A lei não conterà matéria estranha a seu objeto ou a este não vinculada por afinidade, pertinência ou conexão.
 - (D) O âmbito de aplicação da lei será estabelecido de forma tão ampla quanto o possibilite o conhecimento técnico ou científico da área respectiva.
 - (E) O mesmo assunto poderá ser disciplinado por mais de uma lei, sem necessidade de vinculação por remissão expressa.
22. Cláudia adquiriu o nome do seu marido quando eles se casaram em 2002. Em 2008 o marido de Cláudia veio a falecer em um trágico acidente de avião. Em 2019, Cláudia e Luís se conheceram e logo decidiram se casar. Cláudia consulta um advogado para saber sobre a possibilidade de restabelecimento do seu nome de solteira. Diante da situação hipotética, assinale a alternativa correta.
- (A) É admissível o restabelecimento do nome de solteira na hipótese de dissolução do vínculo conjugal pelo falecimento do cônjuge.
 - (B) Não é possível o restabelecimento do nome de solteira, pois o prazo legal para restabelecimento do nome de solteira na hipótese de dissolução do vínculo conjugal pelo falecimento do cônjuge é de 10 (dez) anos.
 - (C) Não é admissível o restabelecimento do nome de solteira na hipótese de dissolução do vínculo conjugal pelo falecimento do cônjuge, por se tratar de direito da personalidade.
 - (D) Apenas é possível o restabelecimento do nome de solteira nos casos de separação judicial, considerando a necessidade do *animus* das partes em romper a sociedade.
 - (E) É possível o restabelecimento do nome de solteira, pois o prazo legal para restabelecimento do nome de solteira na hipótese de dissolução do vínculo conjugal pelo falecimento do cônjuge é de 5 (cinco) anos.

23. Arlindo sofreu um acidente de carro quando era jovem e ficou paraplégico. Passados alguns anos e recuperado do trauma, decidiu trabalhar como taxista. Para exercer a profissão com segurança, encomendou, na própria montadora, um veículo adaptado que tivesse todas as condições de segurança necessárias. A montadora X comprometeu-se a entregar o veículo no dia 30 de setembro de 2019, constando no contrato que poderia prorrogar a entrega até o dia 30 de outubro de 2019. Devido a atrasos, a montadora entregou o veículo apenas no dia 30 de dezembro de 2019. Diante da situação hipotética, Arlindo procura um advogado que decide propor uma ação pedindo a condenação da montadora ao pagamento da multa contratual de 1% ao mês e dos lucros cessantes correspondentes à quantia que Arlindo poderia ter recebido se já estivesse trabalhando como taxista. Diante da situação hipotética, considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.
- (A) Em caso de inadimplemento, o juiz deverá conceder o valor da cláusula penal, mais as perdas e danos, caso a cláusula penal seja moratória.
- (B) Em caso de inadimplemento, o juiz deverá conceder o valor da cláusula penal, mais as perdas e danos, caso a cláusula penal seja compensatória.
- (C) No caso de mora, existindo cláusula penal moratória, concede-se ao credor a faculdade de requerer, cumulativamente, o cumprimento da obrigação, a multa contratualmente estipulada; e ainda indenização correspondente às perdas e danos decorrentes da mora.
- (D) A cláusula penal moratória não é estipulada para compensar o inadimplemento nem para substituir o adimplemento. Assim, a cominação contratual de uma multa para o caso de mora não interfere com a responsabilidade civil. Logo, não há óbice a que se exija a cláusula penal moratória juntamente com o valor referente aos lucros cessantes.
- (E) A cláusula penal moratória tem a finalidade de indenizar pelo adimplemento tardio da obrigação, e, em regra, estabelecida em valor equivalente ao locativo, afasta-se sua cumulação com lucros cessantes.
24. No que diz respeito ao contrato estimatório, previsto no código civil, assinale a alternativa correta.
- (A) Pelo contrato estimatório, o consignante entrega bens móveis ou imóveis ao consignatário, que fica autorizado a vendê-los, pagando àquele o preço ajustado, salvo se preferir, no prazo estabelecido, restituir-lhe a coisa consignada.
- (B) O consignatário se exonera da obrigação de pagar o preço, se a restituição da coisa, em sua integridade, se tornar impossível, ainda que por fato a ele não imputável.
- (C) A coisa consignada pode ser objeto de penhora ou sequestro pelos credores do consignatário, enquanto não pago integralmente o preço.
- (D) O consignante não pode dispor da coisa antes de lhe ser restituída ou de lhe ser comunicada a restituição.
- (E) É anulável a consignação de bens de valores desiguais entre ascendentes e descendentes, sem consentimento dos outros descendentes e do cônjuge do alienante.
25. O atual entendimento sumulado do Superior Tribunal de Justiça, em relação ao contrato de seguro, é no sentido de que
- (A) a embriaguez do segurado exime a seguradora do pagamento da indenização prevista em contrato de seguro de vida.
- (B) a indenização securitária é devida quando ausente a comunicação prévia do segurado acerca do atraso no pagamento do prêmio, por constituir requisito essencial para a suspensão ou resolução do contrato de seguro.
- (C) o suicídio não é coberto nos primeiros doze meses de vigência do contrato de seguro de vida, não havendo possibilidade de devolução do montante da reserva técnica formada ao beneficiário.
- (D) a recusa de cobertura securitária, sob a alegação de doença preexistente, é lícita mesmo diante da exigência de exames médicos prévios à contratação ou a demonstração de má-fé do segurado.
- (E) o seguro de vida cobre o suicídio não premeditado.
26. No que diz respeito ao enriquecimento sem causa, assinale a alternativa correta, considerando o texto legal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial atuais.
- (A) Aquele que, sem justa causa, se enriquecer à custa de outrem, será obrigado a restituir o indevidamente auferido, pelo valor do bem na época em que foi exigido, sem atualização dos valores.
- (B) Se o enriquecimento tiver por objeto coisa determinada, fica a critério do credor optar pela restituição do bem ou do valor do bem atualizado.
- (C) A restituição é devida apenas quando a causa que justifique o enriquecimento deixou de existir.
- (D) Caberá a restituição por enriquecimento ainda que a lei conferir ao lesado outros meios para se ressarcir do prejuízo sofrido.
- (E) Para configurar o enriquecimento sem causa de uma das partes não é necessário haver o empobrecimento da outra.
27. Nos termos da atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, os incapazes, quando praticarem atos que causem prejuízos, terão responsabilidade
- (A) subsidiária, condicional, mitigada e equitativa.
- (B) subsidiária, incondicional, mitigada e imparcial.
- (C) solidária, condicional, agravada e imparcial.
- (D) solidária, condicional, mitigada e equitativa.
- (E) solidária, incondicional, agravada e equitativa.

28. O artigo 3º do CPC dispõe: “Não se excluirá da apreciação jurisdicional ameaça ou lesão a direito”. E o artigo 16 cita que: “A jurisdição civil é exercida pelos juízes e pelos tribunais em todo o território nacional”.

Tais artigos tratam respectivamente dos princípios da

- (A) inafastabilidade da jurisdição e da aderência ao território.
- (B) inércia e da sucumbência.
- (C) instrumentalidade e da inafastabilidade da jurisdição.
- (D) lealdade processual e da instrumentabilidade.
- (E) aderência ao território e do duplo grau de jurisdição.

29. Sobre a incompetência absoluta ou relativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Deverão ser alegadas como questão de mérito na contestação.
- (B) A absoluta pode ser alegada em qualquer tempo e grau de jurisdição.
- (C) A absoluta não pode ser declarada de ofício.
- (D) Prorrogar-se-á a relativa se o réu alegar em preliminar de contestação.
- (E) A relativa não poderá ser alegada pelo Ministério público nas causas em que atuar.

30. De acordo com o código de processo civil, o autor poderá aditar ou alterar o pedido e a causa de pedir

- (A) até o saneamento do processo, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias.
- (B) a qualquer tempo do processo, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 20 (vinte) dias.
- (C) até a citação do réu, com consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 30 (trinta) dias.
- (D) a qualquer tempo do processo, sem consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 15 (quinze) dias.
- (E) até o saneamento do processo, sem consentimento do réu, assegurado o contraditório mediante a possibilidade de manifestação deste no prazo mínimo de 20 (vinte) dias.

31. A decisão condenatória pode produzir hipoteca judiciária

- (A) exceto nos casos de condenação genérica.
- (B) salvo se o credor puder promover o cumprimento provisório da sentença.
- (C) salvo se houver pendente arresto sobre bem do devedor.
- (D) mesmo que impugnada por recurso dotado de efeito suspensivo.
- (E) e, para sua realização, dependerá de ordem judicial, declaração expressa do juiz ou demonstração de urgência.

32. Sobre a repercussão geral, conforme previsão no CPC, assinale a alternativa correta.

- (A) Haverá sempre que o recurso impugnar acórdão que contrariar súmula do STJ.
- (B) Haverá sempre que o recurso impugnar acórdão que tenha sido proferido em julgamento de casos repetitivos.
- (C) O recurso que tiver a repercussão geral reconhecida deverá ser julgado no prazo de 1(um) ano.
- (D) O relator não poderá admitir, na análise da repercussão geral, a manifestação de terceiros.
- (E) O recorrente deverá demonstrar a existência da repercussão geral para apreciação exclusiva do Superior Tribunal de Justiça.

33. Sobre o Juizado Especial Federal Cível, assinale a alternativa correta.

- (A) É competente para processar, conciliar e julgar causas até o valor de quarenta salários mínimos.
- (B) No foro onde estiver instalada Vara do Juizado Especial, a sua competência é relativa.
- (C) Podem ser partes, como autores, a União, autarquias, fundações e empresas públicas federais.
- (D) Haverá prazo diferenciado para a prática de ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de quinze dias.
- (E) A citação das autarquias, fundações e empresas públicas será feita na pessoa do representante máximo da entidade, no local onde proposta a causa, quando ali instalado seu escritório ou representação; se não, na sede da entidade.

34. Conforme rol taxativo do CPC, no cumprimento de sentença, a Fazenda Pública poderá impugnar a execução, mas não poderá arguir

- (A) nulidade da citação se, na fase de conhecimento, o processo correu à revelia.
- (B) ilegitimidade de parte.
- (C) inexecutabilidade do título ou inexigibilidade da obrigação.
- (D) penhora incorreta ou avaliação errônea.
- (E) excesso de execução ou cumulação indevida de execuções.

DIREITOS DIFUSOS E COLETIVOS

35. De acordo com a regra geral do Processo Civil Coletivo, a competência para processar e julgar ação civil pública é
- (A) relativa, devendo ser ajuizada no foro do local onde ocorreu o dano.
 - (B) relativa, devendo ser ajuizada no foro do local do domicílio do lesado.
 - (C) relativa, devendo ser ajuizada no foro do local do domicílio ou sede do réu.
 - (D) absoluta, devendo ser ajuizada no foro do local onde ocorreu o dano.
 - (E) absoluta, devendo ser ajuizada no foro do local do domicílio do lesado.
36. São objetivos específicos do Sistema Único de Saúde – SUS, dentro do que dispõe literalmente os termos da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, a
- (A) execução de ações de vigilância sanitária.
 - (B) participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico.
 - (C) colaboração na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.
 - (D) fiscalização e a inspeção de alimentos, água e bebidas para consumo humano.
 - (E) identificação e divulgação dos fatores condicionantes e determinantes da saúde.
37. Nos termos da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, são incumbências dos Estados e Municípios, no que diz respeito à organização da educação nacional, respectivamente:
- (A) coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação; exercer ação redistributiva em relação às suas escolas.
 - (B) baixar normas gerais sobre cursos de graduação e pós-graduação; organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino.
 - (C) baixar normas complementares para o seu sistema de ensino; autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino.
 - (D) organizar, manter e desenvolver os órgãos e instituições oficiais dos seus sistemas de ensino; coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação.
 - (E) autorizar, credenciar e supervisionar os estabelecimentos do seu sistema de ensino; assegurar o ensino fundamental e oferecer, com prioridade, o ensino médio a todos que o demandarem.
38. Nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente, é dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente
- (A) oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do adolescente trabalhador.
 - (B) ensino fundamental, obrigatório e gratuito, apenas para aqueles que tiveram acesso na idade própria.
 - (C) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino superior.
 - (D) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente em escolas especializadas.
 - (E) atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a dez anos de idade.
39. A respeito da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre as relações de consumo relativas ao serviço de fornecimento de serviços essenciais e sua interrupção, assinale a alternativa correta.
- (A) É legítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais por razões de ordem técnica ou de segurança das instalações, independentemente de notificação prévia.
 - (B) O corte de serviços essenciais, tais como água e energia elétrica, pressupõe o inadimplemento de conta regular, sendo inviável, portanto, a suspensão do abastecimento em razão de débitos antigos.
 - (C) A obrigação de pagar por serviço de natureza essencial, tal como água e energia é *propter rem*.
 - (D) É ilegítimo o corte no fornecimento de serviços públicos essenciais quando inadimplente pessoa jurídica de direito público, ainda que precedido de notificação e a interrupção não atinja as unidades prestadoras de serviços indispensáveis à população.
 - (E) É legítimo o corte no fornecimento de energia elétrica em razão de débito irrisório.

40. A Lei nº 7.913, de 7 de dezembro de 1989, dispõe sobre a ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários.

A respeito do tema, assinale a alternativa correta.

- (A) As eventuais importâncias decorrentes da condenação, na ação civil pública de responsabilidade por danos causados aos investidores no mercado de valores mobiliários reverterão igualmente a todos os lesados.
- (B) O Ministério Público, de ofício ou por solicitação da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, adotará as medidas judiciais necessárias para evitar prejuízos ou obter ressarcimento de danos causados aos titulares de valores mobiliários e aos investidores do mercado.
- (C) Decairá do direito à habilitação na Ação Civil Pública o investidor que não o exercer no prazo de cinco anos contados da propositura da ação.
- (D) As importâncias decorrentes de eventual condenação ficarão depositadas em conta remunerada, à disposição do juízo, até que o investidor, convocado mediante intimação pessoal, habilite-se ao recebimento da parcela que lhe couber.
- (E) A propositura de ação pelo Ministério Público prejudica a propositura de ação de indenização pelo próprio prejudicado.

41. A produtora de petróleo X contratou a empresa de transportes marítimos Y para transportar barris de petróleo do Ceará até o Porto de Santos, no Estado de São Paulo. Durante o transporte, o navio da transportadora Y teve o casco quebrado, que resultou no derramamento de óleo por toda a costa litorânea do país. Diante da situação hipotética, e considerando o previsto na legislação, bem como o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta no que diz respeito à responsabilização civil, administrativa e penal ambiental, da produtora X, respectivamente.

- (A) Subjetiva, objetiva e objetiva.
- (B) Subjetiva, subjetiva e subjetiva.
- (C) Objetiva, objetiva e objetiva.
- (D) Objetiva, subjetiva e subjetiva.
- (E) Objetiva, objetiva e subjetiva.

42. Acerca da ação de consignação em pagamento, é correto afirmar que

- (A) constitui causa de suspensão da exigibilidade do crédito consignado, independentemente de concessão de tutela antecipada, impedindo a propositura de eventuais ações executivas fiscais pelo prazo em que perdurar a demanda.
- (B) é causa de exclusão do crédito consignado, na medida em que, estando o crédito consignado judicialmente, o Fisco tem seu direito garantido, bastando promover seu levantamento ao término da demanda.
- (C) é medida que não pode ser promovida no caso de subordinação do crédito exigido ao pagamento de penalidade ou de cumprimento de obrigação acessória.
- (D) julgada improcedente em parte, autoriza o credor tributário a promover a execução fiscal para cobrança da importância correspondente à totalidade do crédito, acrescida de juros e das penalidades cabíveis.
- (E) somente poderá versar sobre o crédito que o consignante se propõe a pagar.

43. Assinale a alternativa que se encontra em consonância com as disposições da Lei nº 12.153/2009.

- (A) Os Estados, o Distrito Federal, os Territórios e os Municípios, bem como autarquias, fundações e empresas públicas a eles vinculadas, podem ser réus no Juizado Especial da Fazenda Pública.
- (B) As ações por improbidade administrativa, execuções fiscais e as demandas sobre direitos ou interesses difusos e coletivos incluem-se na competência do Juizado Especial da Fazenda Pública.
- (C) Quando a pretensão versar sobre obrigações vencidas, para fins de competência do Juizado Especial, a soma de 12 (doze) parcelas vencidas e de eventuais parcelas vencidas poderá exceder o valor de 60 salários-mínimos.
- (D) Haverá prazo diferenciado para a prática de qualquer ato processual pelas pessoas jurídicas de direito público, inclusive a interposição de recursos, devendo a citação para a audiência de conciliação ser efetuada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- (E) Tratando-se de questões de direito material, não caberá pedido de uniformização de interpretação de lei, ainda que ocorra divergência entre decisões proferidas por Turmas Recursais.

44. Em sede de Execução Fiscal, nos termos da Lei nº 6.830/80, o Juiz, depois de ouvida a Fazenda Pública, poderá, de ofício, reconhecer a prescrição intercorrente e decretá-la, uma vez transcorrido o prazo prescricional que, nesse caso, é contado da data em que
- (A) o juiz determinar a suspensão do curso da execução.
 - (B) for proposta a execução fiscal.
 - (C) o juiz ordenar o arquivamento.
 - (D) for inscrita a dívida como dívida ativa.
 - (E) for expedida a Certidão de Dívida Ativa.
45. Nos termos da Lei que disciplina o processamento da medida cautelar fiscal, o indeferimento da medida obsta a que a Fazenda Pública intente a execução fiscal da Dívida Ativa, se o juiz, no procedimento da medida cautelar fiscal, acolher alegação de
- (A) moratória.
 - (B) anistia.
 - (C) transação.
 - (D) preempção.
 - (E) parcelamento.
46. A entidade assistencial Bom Jesus aluga imóvel de sua propriedade para uma empresa que explora atividade econômica de produção de cachaça. O valor dos aluguéis auferidos pela entidade sem fins lucrativos são utilizados para compra de alimentos destinados aos assistidos. Diante dessa situação hipotética, é correto afirmar que
- (A) por força de Súmula Vinculante do STF, o imóvel pertencente à entidade permanece imune ao IPTU.
 - (B) o Código Tributário Nacional assegura a imunidade do IPTU por se tratar de entidade assistencial, independentemente de ter ou não fins lucrativos.
 - (C) a Constituição Federal assegura a imunidade à entidade, independentemente da atividade para a qual foi constituída, bem como do destino que dá às suas verbas, bastando que não tenha fins lucrativos.
 - (D) não há de se falar em imunidade, haja vista que a locatária exerce atividade econômica cujo objeto é totalmente divorciado das finalidades essenciais da entidade locadora.
 - (E) sendo a atividade de locação regida pelo direito civil, a ela não se aplicam as regras de imunidade ou de isenção, posto que concernem ao direito tributário.
47. Pertence aos Municípios, do produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem, o percentual de
- (A) 100%.
 - (B) 50%.
 - (C) 25%.
 - (D) 22,5%.
 - (E) 21,5%.
48. Sobre a sucessão empresarial ou de empregadores prevista na CLT, assinale a alternativa correta.
- (A) As obrigações trabalhistas, exceto as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor.
 - (B) As obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucessor e do sucedido.
 - (C) A empresa sucedida responderá solidariamente com a sucessora quando ficar comprovada fraude na transferência.
 - (D) A empresa sucedida responderá subsidiariamente com a sucessora quando ficar comprovada fraude na transferência.
 - (E) As obrigações trabalhistas, inclusive as contraídas à época em que os empregados trabalhavam para a empresa sucedida, são de responsabilidade do sucedido.
49. Da decisão interlocutória que acolher ou rejeitar o incidente de descon sideração da personalidade jurídica, nos termos da Consolidação das Leis do Trabalho,
- (A) caberá recurso de imediato na fase de cognição.
 - (B) caberá agravo de petição na fase de execução, se garantido o juízo.
 - (C) caberá agravo de instrumento na fase de execução, independentemente de garantia do juízo.
 - (D) caberá agravo interno, se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
 - (E) caberá agravo de petição, se proferida pelo relator em incidente instaurado originariamente no tribunal.
50. Assinale a alternativa correta sobre as férias do empregado.
- (A) A época da concessão das férias será a que melhor consulte os interesses do empregado.
 - (B) O empregado estudante, menor de 21 (vinte e um) anos, terá direito a fazer coincidir suas férias com as férias escolares.
 - (C) É vedado o início das férias no período de três dias que anteceder feriado ou dia de repouso semanal remunerado.
 - (D) Independentemente de concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até três períodos.
 - (E) Durante as férias, o empregado não poderá prestar serviços a outro empregador, salvo se estiver obrigado a fazê-lo em virtude de contrato de trabalho regularmente mantido com aquele.

- 51.** De acordo com a CLT, quanto às normas de segurança e medicina do trabalho nas empresas,
- (A) é vedado exigir exames toxicológicos, previamente à admissão, quando se tratar de motorista profissional.
 - (B) o mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de 1 (um) ano, permitida uma reeleição.
 - (C) a constituição da CIPA, de conformidade com instruções expedidas pela autoridade competente, é facultativa.
 - (D) o mandato dos membros eleitos da CIPA terá a duração de 2 (dois) anos, sendo vedada a reeleição.
 - (E) é obrigatório às empresas solicitar prévia aprovação, pela Superintendência Regional do Trabalho, dos projetos de construção e respectivas instalações.
- 52.** Assinale a alternativa correta quanto à estabilidade do emprego.
- (A) A confirmação do estado de gravidez durante o prazo do aviso prévio indenizado garante à empregada gestante a estabilidade provisória.
 - (B) Haverá estabilidade no exercício dos cargos de diretoria, gerência ou outros de confiança imediata do empregador.
 - (C) O pedido de demissão do empregado estável não será válido quando feito com a assistência do Sindicato.
 - (D) O empregado estável que deixar de exercer cargo de confiança não poderá ser revertido ao cargo efetivo que ocupou anteriormente.
 - (E) Ao empregado despedido sem justa causa, que só tenha exercido cargo de confiança e que contar com mais de 5 (cinco) anos de serviço na mesma empresa, é garantida a indenização em dobro.
- 53.** O interessado obterá a Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) quando em seu nome constar:
- (A) o inadimplemento de obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado proferida pela Justiça do Trabalho.
 - (B) o inadimplemento de obrigações decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho.
 - (C) a existência de débitos garantidos por penhora suficiente ou com exigibilidade suspensa.
 - (D) o inadimplemento de obrigações estabelecidas em acordos judiciais trabalhistas.
 - (E) o inadimplemento de obrigações estabelecidas em acordos judiciais trabalhistas concernente aos honorários advocatícios.
- 54.** Com relação ao recurso de revista, é correto afirmar que
- (A) quando contiver defeito formal grave, o Tribunal Superior do Trabalho poderá desconsiderar o vício ou mandar saná-lo, julgando o mérito.
 - (B) o relator não poderá denegar-lhe seguimento, em decisão monocrática, na hipótese de irregularidade de representação.
 - (C) no procedimento sumaríssimo, não será admitido recurso de revista por contrariedade a súmula de jurisprudência uniforme do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (D) da decisão denegatória caberá agravo, no prazo de 10 (dez) dias.
 - (E) o recurso, dotado de efeito apenas devolutivo, será interposto perante o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho que, por decisão fundamentada, poderá recebê-lo ou denegá-lo.
- 55.** Quanto ao acordo extrajudicial perante a Justiça do Trabalho, é correto afirmar que
- (A) as partes poderão ser representadas por advogado comum.
 - (B) a petição de homologação de acordo extrajudicial suspende o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.
 - (C) se obriga ao trabalhador ser assistido pelo advogado do sindicato de sua categoria.
 - (D) a petição de homologação de acordo extrajudicial interrompe o prazo prescricional da ação quanto aos direitos nela especificados.
 - (E) a execução será promovida pelas partes, sendo vedada a execução de ofício pelo juiz, independentemente de a parte ter ou não advogado.

- 56.** Segundo a Lei Orgânica do Município de Osasco, os atos administrativos de competência do Prefeito devem ser expedidos por meio de
- (A) decreto, no caso de lotação e relocação nos quadros de pessoal.
 - (B) decreto, no caso de declaração de necessidade ou utilidade pública, ou interesse social, para fins de desapropriação ou de servidão administrativa.
 - (C) portaria, no caso de aprovação de regulamento ou de regimento das entidades que compõem a administração.
 - (D) portaria, no caso de admissão de servidores para serviços de caráter temporário.
 - (E) portaria, no caso de abertura de créditos especiais e suplementares, até o limite autorizado por lei, assim como de créditos extraordinários.
- 57.** A respeito do Sistema Tributário Municipal, a Lei Orgânica do Município de Osasco estabelece:
- (A) É vedado ao Município instituir taxas decorrentes da utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos, específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte, ou posto a sua disposição.
 - (B) O Município de Osasco instituirá impostos sobre livros, jornais e periódicos instalados em seu perímetro urbano.
 - (C) Compete ao Município instituir imposto sobre serviços de qualquer natureza – ISSQN, não compreendidos na competência do Estado, definidos através de portaria emitida pelo Poder Executivo Municipal.
 - (D) Não é devida a taxa relativa ao direito de petição, defesa de direito ou contra ilegalidade ou abuso de poder e à obtenção de certidões para defesa de direitos ou esclarecimentos de situações de interesse pessoal.
 - (E) O Município de Osasco poderá cobrar tributos no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a Lei que os instituiu ou aumentou.
- 58.** O Estatuto dos Funcionários Públicos do Município de Osasco (Lei Municipal nº 836/1969) estabelece os critérios para a promoção dos funcionários públicos municipais. Nos termos do referido diploma legal, é correto afirmar que
- (A) a promoção obedecerá ao critério de merecimento, salvo quando se tratar de classe final de carreira, ocasião em que será feita pelo critério de antiguidade.
 - (B) poderá ser promovido por merecimento o funcionário afastado do cargo para exercer mandato executivo ou legislativo.
 - (C) na classificação por antiguidade, quando ocorrer empate no tempo de classe, terá preferência o funcionário casado ou viúvo que tiver maior número de filhos.
 - (D) o funcionário promovido indevidamente será obrigado a restituir o que a mais houver recebido.
 - (E) os direitos e vantagens decorrentes da promoção serão devidos a partir de 60 (sessenta) dias da data da publicação do ato correspondente.
- 59.** João, funcionário público municipal, pretende conseguir um segundo emprego para complementar a sua renda. Considerando, hipoteticamente, que João é professor concursado da rede pública de ensino do município de Osasco, e observando as regras impostas pela Lei Municipal nº 836/1969 sobre a acumulação de cargos, é correto afirmar que
- (A) João poderá acumular até três cargos diferentes, desde que haja correlação de matérias e compatibilidade de horários.
 - (B) João poderá acumular até dois cargos, independentemente de correlação de matérias e compatibilidade de horários.
 - (C) João poderá exercer até duas funções gratificadas e participar em até três órgãos de deliberação coletiva, desde que haja correlação de matérias.
 - (D) João poderá acumular quantos cargos quiser, desde que sejam em autarquias, empresas públicas ou sociedades de economia mista.
 - (E) João poderá acumular seu cargo com outro técnico ou científico, desde que haja correlação de matérias e compatibilidade de horários.
- 60.** Segundo a Lei Complementar nº 122/2004 do Município de Osasco, que cria o quadro de pessoal e estabelece as diretrizes e regras básicas para a elaboração do plano de cargos, carreiras e vencimentos da Fundação Instituto Tecnológico de Osasco – FITO, o quadro de pessoal de confiança
- (A) terá seus servidores remunerados com valores fixos, sendo o vencimento máximo correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do vencimento mensal de Secretário Municipal da Prefeitura de Osasco, assim considerado como teto e não como indexador de reajuste.
 - (B) será composto pelos ocupantes de Cargos de Carreira necessários ao desenvolvimento das atividades jurídicas, administrativas e operacionais (atividade meio) e da atividade de ensino (atividade fim).
 - (C) terá o Presidente e o Vice-Presidente nomeados pelo Prefeito Municipal, para mandatos de 02 (dois) anos, permitida somente uma recondução por igual período, ocorrendo a eleição sempre na primeira reunião ordinária antecedente ao término do mandato anterior.
 - (D) terá o seu Coordenador Jurídico nomeado pelo Conselho Diretor, o qual será escolhido entre pessoas que tenham Ensino Superior em Direito e registro na Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, com, no mínimo, 04 (quatro) anos de experiência profissional após habilitação para o exercício da advocacia.
 - (E) poderá ter servidores, nomeados ou designados, que possuam laços de parentesco até segundo grau com qualquer membro do Conselho Diretor da Fundação, ainda que não aprovados por concurso público ou em processo eletivo entre seus pares.

